



Treaty Series No. 36 (1989)

## Exchange of Notes

between the Government of the  
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland  
and the Government of the Federative Republic of Brazil  
concerning Co-operation in Preventing and  
Suppressing Illicit Cultivation, Production,  
Distribution and the Improper Use of Narcotics  
and Psychotropic Substances

(The United Kingdom/Brazil Drugs Agreement 1988)

Brasilia, 8 November 1988

[The Agreement entered into force on 8 November 1988]

*Presented to Parliament  
by the Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs  
by Command of Her Majesty  
August 1989*

LONDON  
HER MAJESTY'S STATIONERY OFFICE  
90p net

**EXCHANGE OF NOTES  
BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE  
UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND  
AND THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL  
CONCERNING CO-OPERATION IN PREVENTING AND SUPPRESSING  
ILLICIT CULTIVATION, PRODUCTION, DISTRIBUTION AND THE  
IMPROPER USE OF NARCOTICS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES  
(THE UNITED KINGDOM/BRAZIL DRUGS AGREEMENT 1988)**

No. 1

*The Minister for External Relations of Brazil to Her Majesty's Ambassador at Brasilia*  
DEA/DAI/SAPS L00—H11/61 *Em 8 de novembro de 1988*

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de referir-me às recentes negociações entre autoridades do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, sobre as possibilidades de cooperação com o objetivo de prevenir e suprimir de maneira efetiva o cultivo, a produção, distribuição e o uso indevido de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, no quadro dos compromissos que ambos os países contraíram como Partes da Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, emendada pelo Protocolo de 1972, e da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971. Havendo ambos os Governos concordado em colaborar em atividades nas áreas de prevenção ao uso indevido e de repressão ao tráfico ilícito de drogas, informo Vossa Excelência de que o Governo da República Federativa do Brasil está disposto a concluir com o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte um acordo com as seguintes cláusulas:

- (1) Os dois Governos, respeitadas as leis e regulamentos em vigor nos respectivos países, propõem-se a promover a cooperação mútua para prevenir a produção, a distribuição e o uso indevido de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, que se regerá pelo presente Acordo, dentro das seguintes áreas:
  - (a) intercâmbio de informações;
  - (b) assistência técnico-científica;
  - (c) treinamento de pessoal, e
  - (d) intercâmbio de informações sobre a apreensão de bens obtidos ilícitamente por meio do tráfico de drogas, bem como exame de futuras medidas complementares, para a assistência recíproca neste campo.
  
- (2) As condições e os acertos de natureza financeira, requeridos para a cooperação indicada na cláusula precedente, deverão ser estabelecidos em acordos complementares entre os dois Governos.
  
- (3) Os dois Governos tomarão as medidas cabíveis, de acordo com as respectivas legislações internas, para controlar a produção, importação, exportação, armazenamento, distribuição e venda de precursores, produtos químicos e solventes que possam ser utilizados ilícitamente na fabricação de drogas.
  
- (4) Os dois Governos, de acordo com as respectivas legislações internas, intercambiarão toda informação sobre tais precursores, produtos químicos e solventes que possa ser de utilidade para a detecção e interdição de remessas para fins ilícitos.
  
- (5) De maneira a facilitar a execução deste Acordo, cada Governo poderá designar um funcionário diplomático, em suas respectivas Embaixadas, para servir de elemento de ligação permanente entre as respectivas agências governamentais especializadas em assuntos de drogas.

(6) Cada Governo poderá designar, mediante consulta prévia, outros funcionários especializados, que receberão o título de Adido, e que serão membros do pessoal diplomático da Embaixada, para assessorar o funcionário diplomático de que trata a cláusula precedente.

(7) O presente Acordo poderá ser modificado, revisto ou ampliado, por comum acordo dos dois Governos. As eventuais modificações ou revisões entrarão em vigor por troca de notas diplomáticas.

Caso o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte concorde com as disposições acima, tenho a honra de propor que a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência, no mesmo sentido, constituam um Acordo entre os nossos dois Governos, que entrará em vigor na data da resposta de Vossa Excelência e receberá o título de "Acordo Brasil—Reino Unido sobre Entorpecentes de 1988".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

ROBERTO SODRÉ  
PAULO TARSO FLECHA DE LIMA

No. 2

*Her Majesty's Ambassador at Brasilia to the Minister for External Relations of Brazil*

*British Embassy  
8 November 1988*

Your Excellency

I have the honour to acknowledge receipt of Your Excellency's Note of 8 November which, in translation, reads as follows:

"Mr. Ambassador

I have the honour to refer to recent negotiations between representatives of the Government of the Federative Republic of Brazil and of the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland concerning co-operation with the aim of effectively preventing and suppressing illicit cultivation, production, distribution and the improper use of narcotics and psychotropic substances, within the framework of the commitments that both countries have made as Parties to the Single Convention on Narcotic Drugs of 1961<sup>1</sup>, amended by the Protocol of 1972<sup>2</sup> and as Parties to the Convention of Psychotropic Substances of 1971<sup>3</sup>. Both Governments having agreed to collaborate in the prevention of drug abuse and in combatting illicit drug traffic, I have the honour to inform Your Excellency that the Government of the Federative Republic of Brazil is ready to conclude with the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland an Agreement with the following paragraphs:

"1. The two Governments, subject to the laws and regulations in force in their respective countries, propose to promote mutual co-operation to prevent the illicit production of, traffic in, and improper use of narcotic drugs and psychotropic substances, in accordance with the present Agreement, in the following fields:

- (a) exchange of information;
- (b) scientific and technical assistance;
- (c) training of personnel;
- (d) exchange of information about the confiscation of goods obtained illicitly through traffic in drugs, as well as the examination of future complementary arrangements for reciprocal assistance in this field.

<sup>1</sup> Treaty Series No. 34 (1965), Cmnd. 2631.

<sup>2</sup> Treaty Series No. 23 (1979), Cmnd. 7466.

<sup>3</sup> Miscellaneous No. 24 (1978), Cmnd. 7330.

"2. Any conditions of and any financial arrangements for the co-operation provided for in the preceding paragraphs shall be established in implementing arrangements between the two Governments.

"3. The two Governments shall take appropriate steps, in accordance with their respective laws and regulations, to control the production, import, export, storage, distribution and sale of precursors, chemical products and solvents which may be used illicitly in the manufacture of drugs.

"4. The two Governments shall, in accordance with their respective laws and regulations, exchange all information about such precursors, chemical products and solvents which may be of use in the detection and prevention of their delivery for illicit purposes.

"5. In order to facilitate the implementation of this Agreement, each Government may designate a diplomatic agent in their respective Embassies to serve as a permanent liaison channel between the respective governmental agencies specialised in drug matters.

"6. Each Government may, after prior consultation, designate other specialised officials who shall receive the title of Attaché and who shall be members of the diplomatic staff of the Embassy to assist the diplomatic agent mentioned in the preceding paragraph.

"7. The present Agreement may be modified, reviewed or extended by mutual consent of the two Governments. The eventual modifications or changes will enter into force by means of an Exchange of Notes through the diplomatic channel."

If the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland find the foregoing proposals acceptable, I have the honour to propose that the present Note, together with Your Excellency's reply in that sense, shall constitute an Agreement between our two Governments which shall enter into force on the date of your reply and which shall be known as the "Brazil/United Kingdom Drugs Agreement, 1988".

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration."

In reply, I have the honour to inform Your Excellency that the foregoing is acceptable to the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, who therefore agree that your Note and this reply shall constitute an Agreement between our two Governments in this matter, which shall be known as the "United Kingdom/Brazil Drugs Agreement, 1988" and which shall enter into force today.

TIM EGGAR

*Parliamentary Under-Secretary for  
Foreign and Commonwealth Affairs*

M J NEWINGTON

*Her Britannic Majesty's Ambassador*